13.6 — Referência F:

Presidente — Felícia Maria Cavaleiro da Costa, vice-presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, directora do Departamento de Educação, Cultura e Lazer, em substituição.

Anabela Carvalho Santos Neto Gato, chefe da Divisão de Turismo e Cultura.

Vogais suplentes:

Luís Filipe Pinhal Ferreira, técnico superior de história principal.
João Pedro Rodrigues Ventura, técnico superior de história de 2.ª classe.

14 — Forma de ingresso — o constante no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. O provimento como estagiário será feito em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ou em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do mesmo decreto-lei.

14.1 — O estágio tem carácter probatório, de duração não inferior a um ano, automaticamente prorrogado com o limite de 18 meses, até à data de posse na respectiva categoria de ingresso, caso o estagiário seja aprovado com a classificação não inferior a *Bom* (14 valores).

14.2 — A avaliação e a classificação final do estágio competem ao respectivo júri, sendo traduzidas numa escala de 0 a 20 valores e atendendo aos seguintes valores:

Relatório de estágio (*RE*);

Classificação de serviço (*CS*) obtida durante o período de estágio;
Formação profissional (*FP*) realizada no período de estágio.

14.3 — A classificação final será a resultante da aplicação de seguinte fórmula:

$$CF = [5 (RE) + (4 CS) + (1 FP)]/10$$

em que:

CF = classificação final;

RE = relatório de estágio;

CS = classificação de serviço;

FP = formação profissional.

15 — Notificação da intenção de exclusão e da lista de classificação final:

15.1 — Os candidatos que devam ser excluídos serão notificados, de acordo com o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conforme as situações ali previstas.

15.2 — A lista de classificação final será notificada aos interessados nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conforme as situações ali previstas.

16 — Local de afixação de relação de candidatos e da lista de classificação final:

16.1 — A relação de candidatos bem como a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, na porta principal do edifício dos Paços do Município

5 de Julho de 2007. — A Vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Pinhal Ruivo*.

ANEXO

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra:

... (nome), ... (estado civil), ... (profissão), portador do bilhete de identidade n.º ..., emitido em ... de ... de ... pela Direcção dos Serviços de Identificação Civil de Lisboa (ou Delegação dos Serviços de Identificação Civil de ... ou ainda Conservatória do Registo Civil ...), contribuinte fiscal n.º ..., residente em ... (indicar rua, número de polícia, andar, localidade e código postal), com o telefone n.º ..., requer a V. Ex.^ª se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso, para ..., do grupo de pessoal ..., a que se refere o aviso desta Câmara Municipal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de ... de ... de ...

1 — Declarando, por sua honra, em relação às alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 10.1 do aviso de abertura do concurso:

a) Ter nacionalidade ...;

b) Ter ... anos de idade;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido (referir a situação relativa a cada caso: deveres militares, serviço militar ou serviço cívico obrigatório), ou não estar

abrangida pela obrigatoriedade do cumprimento dos deveres militares (tratando-se de concorrente do sexo feminino);

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

2 — Mais se declara, sob compromisso de honra, que detém:

Tipo de deficiência ...;

Grau de incapacidade ...;

Capacidade de comunicação/expressão ...

Pede deferimento.

Sesimbra, ... de ... de 2007. — ... (assinatura do requerente).
2611030295

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 12 986/2007

Loteamento — Expedição de alvará

André Martins, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, faz público que, no uso da competência conferida pelo artigo 94.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delegada pela presidente da mesma Câmara, e nos termos do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 334/95, de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/96, de 1 de Agosto, foi expedido o alvará de licença n.º 4/2007, a favor de Maça & Lopes, L.^{da}, pessoa colectiva n.º 504069454, com sede na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 32-B, 1.º, em Algés, a quem, por deliberação desta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada em 6 de Outubro de 2005, foi concedido o licenciamento do loteamento do prédio situado em Cabeço da Bolota, da freguesia de São Sebastião, deste concelho, com a área de 125 643,02 m², resultante da soma da área de 117 667,02 m² a desanexar do prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 1071/031187, inscrito na matriz rústica da freguesia de São Sebastião sob o artigo 3 da Secção R, confrontando a norte com a Quinta do Garim da Ana e herdeiros de João Raposo; a sul com José Joaquim de Oliveira e Silva; a nascente com o Fundo de Fomento de Habitação e a poente com caminho público e João da Silva Barreiro, e da totalidade da área de 7976 m², que constitui o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 6167/20061102, omissa na matriz urbana da freguesia de São Sebastião, confrontando a norte com o Instituto Nacional de Habitação, a sul e a nascente com Maça & Lopes, L.^{da}, e a poente com EXOFIRME.

A operação urbanística incide sobre os solos que, nos termos do Plano Director Municipal, integram a UOP1, correspondente à área do Plano Integrado de Setúbal (PIS).

A parcela insere-se na zona sul do PIS, identificada com o n.º 263, e é abrangida pelos sectores 9, 10 e 13, tendo obtido parecer favorável do INH — Instituto Nacional de Habitação.

É autorizada a constituição de 51 lotes de terreno, numerados de 1 a 51.

As obras de urbanização, a executar na área do loteamento, foram licenciadas por esta Câmara Municipal, por deliberação tomada na sua reunião ordinária realizada em 21 de Dezembro de 2005.

Destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização, foi prestada a garantia bancária n.º 125-02-1114161, do Banco Millennium BCP, em 8 de Janeiro de 2007, no valor de € 3 507 246,22.

O prazo para conclusão das obras de urbanização foi fixado em 18 meses, contados a partir da data do registo deste alvará nos serviços municipais.

Foi calculada a compensação devida nos termos do disposto no artigo 130.º do Regulamento do Plano Director Municipal pela não cedência da área exigível para espaços verdes e equipamento de utilização colectiva no total de 2133,40 m², no valor de € 131 359,10, conforme o artigo 129.º do mesmo Regulamento.

Para reforço e manutenção de infra-estruturas nos termos do disposto no artigo 32.º do Regulamento de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal, foi calculada a taxa de reforço no valor de € 1 754 096,02.

Foi autorizado o pagamento deste valor em quatro prestações trimestrais, por despacho de 19 de Março de 2007 da presidente da Câmara.

Para garantir o respectivo pagamento, foi prestada a garantia bancária n.º 125-02-1172730, do Banco Millennium BCP, em 9 de Maio de 2007, no valor de € 1 348 138,05.

Foi paga a importância € 131 359,10, pela compensação devida, nos termos do disposto no artigo 130.º do Regulamento do Plano Director Municipal pela não cedência da área para espaços verdes e equipamento de utilização colectiva, previstas no artigo 129.º do mesmo Regulamento, que deu entrada nos cofres municipais em 8 de Janeiro de 2007, pela guia de receita n.º 3/376/547.

A planta síntese do loteamento aprovada e as demais prescrições do alvará estão patentes no respectivo processo, podendo ser consultado no Departamento de Urbanismo todos os dias úteis no horário normal de expediente na Divisão Técnico-Administrativa, Secção de Apoio Administrativo, Rua de Acácio Barradas, 27, em Setúbal.

Para constar, se publica o presente aviso num jornal de âmbito nacional e vai ser afixado edital de idêntico teor nos Paços do Município e na sede da Junta de Freguesia de São Sebastião.

4 de Junho de 2007. — O Vereador, com competência delegada na Área do Urbanismo, *André Martins*.

2611030689

Aviso n.º 12 987/2007**Loteamento — Expedição de alvará**

André Martins, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, faz público que, no uso de competência delegada pelo presidente da Câmara, nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, foi expedido o alvará n.º 5/2007, a favor de URBIRESTAURO — Construções, L.d.a, pessoa colectiva n.º 506467970, com sede na Rua do Padre Himalaya, 21-B, Quinta da Hortinha, Palhais, no Barreiro, a quem, por deliberação desta Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada em 20 de Abril de 2005, foi concedido o licenciamento do loteamento do prédio situado em Palmeiras, da freguesia de São Lourenço, deste concelho, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 4122/20020110, e inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 266 da Secção B da referida freguesia, confrontando a norte com a estrada nacional n.º 379; a sul com caminho e António Xavier de Lima; a nascente com a Rua de 9 de Abril e a poente com estrada, com a área total de 7742 m².

O prédio objecto da operação, segundo o Plano Director Municipal de Setúbal, encontra-se inserido em espaço urbanizável de baixa densidade H1 e em espaço verde de protecção e enquadramento.

É autorizada a constituição de 11 lotes de terreno, numerados de 1 a 11.

As obras de urbanização, a executar na área do loteamento, foram licenciadas por esta Câmara Municipal, por deliberação tomada em sua reunião ordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2007.

O prazo para conclusão das obras de urbanização foi fixado em oito meses, contados a partir da data do registo deste alvará nos serviços municipais.

Cedências — são cedidas ao município as parcelas de terreno a seguir indicadas:

Para domínio público:

- a) Área de 862,95 m², destinada a equipamento e espaços verdes de utilização colectiva, assinalada na planta de cedências a verde;
- b) Área de 2392,43 m², destinada a arruamentos, passeios e estacionamento, assinalada na planta de cedências a verde-escuro e verde-claro.

A planta síntese do loteamento aprovada e as demais prescrições do alvará estão patentes no respectivo processo, podendo ser consultado no Departamento de Urbanismo todos os dias úteis, no horário normal de expediente na Divisão Técnico-Administrativa, Secção de Arquivo Administrativo, na Rua de Acácio Barradas, em Setúbal.

Para constar, se publica o presente aviso num jornal de âmbito local e vai ser afixado edital de idêntico teor nos Paços do Município e na sede da Junta de Freguesia de São Lourenço.

13 de Junho de 2007. — O Vereador, com competência delegada na Área do Urbanismo, *André Martins*.

2611030694

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**Aviso n.º 12 988/2007**

Torna-se público que a presidente da Câmara, por despacho exarado em 3 de Julho de 2007, nomeou definitivamente a funcionária Maria de Fátima Palmela de Faria Roque na categoria de assessor principal da carreira técnica superior de comunicação social, com efeitos a 5 de Janeiro de 2005, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, conjugado com o artigo 29.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que veio dar nova redacção à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho. (Isento de visto, nos termos dos artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

5 de Julho de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611029910

Rectificação n.º 1072/2007

Por se ter verificado inexactidão no aviso n.º 6423/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 9 de Abril de 2007, rectificase que onde se lê «Fernanda Maria Gomes Rocha da categoria de assistente administrativo para a de especialista de informática de grau 1, nível 1, da carreira de informática, escalão 1, índice 420, com a remuneração de € 1372,35.» deve ler-se «Fernanda Maria Gomes Rocha da categoria de assistente administrativo para a de especialista de informática de grau 1, nível 2, da carreira de informática, escalão 1, índice 480, com a remuneração de € 1568,40.».

4 de Julho de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611030149

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**Aviso n.º 12 989/2007**

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 6 de Julho de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao loteamento titulado pelo alvará n.º 20/90, para o prédio localizado na Alameda dos Jardins da Arrábida, freguesia de São Pedro da Afurada, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, no serviço de atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares deverão ser entregues no serviço acima identificado.

8 de Julho de 2007. — Por subdelegação, o Vereador, *António Guedes Barbosa*.

2611030773

Aviso n.º 12 990/2007

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 6 de Julho de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de licenciamento de operação de loteamento para o prédio localizado no lugar da Rasa, freguesia de Mafamude, requerido em nome de João Fernando da Silva Correia de Oliveira e Nuno Manuel da Silva Correia de Oliveira, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o n.º 02698/250790, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, no serviço de atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares deverão ser entregues no serviço acima identificado.

8 de Julho de 2007. — Por subdelegação, o Vereador, *António Guedes Barbosa*.

2611030885

Aviso n.º 12 991/2007

Torna-se público que, por despacho de 5 de Julho de 2007 do vice-presidente, com delegação de competências, Dr. Marco António Costa, foi autorizada a reclassificação profissional na carreira de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, nos termos dos artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, em comissão de serviço extraordinária, do funcionário Manuel de Almeida Zeferino, devendo o mesmo realizar período de seis meses de estágio, de acordo com o estipulado no n.º 1, alínea b), do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

9 de Julho de 2007. — O Director Municipal de Administração Geral, com delegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*.

2611030250